

## A ciência cognitiva e o problema da *folk psychology*<sup>1</sup>

Saulo de Freitas Araújo

Universidade Federal de Juiz de Fora

### Resumo

A suspeita de que a linguagem pode tornar-se um obstáculo ao conhecimento humano não é um acontecimento novo na história do pensamento ocidental. Estendendo essa suspeita à psicologia, coloca-se a seguinte questão: a psicologia dispõe de uma linguagem que garanta sua identidade entre as demais ciências? Ao se formular tal questão, vai-se de encontro a um dos problemas centrais da ciência cognitiva contemporânea, que diz respeito ao lugar da *folk psychology* – o conjunto de termos habitualmente utilizado pelo senso comum para descrever, explicar, prever e avaliar as atitudes e o comportamento das pessoas – no desenvolvimento de uma ciência da mente. É possível detectar três posições divergentes: o realismo de Fodor, o eliminativismo de Churchland e o instrumentalismo de Dennett. Após uma análise dessas perspectivas, conclui-se que os autores baseiam suas discussões em uma concepção muito restrita da *folk psychology* e cometem aquilo que chamamos de “o equívoco ontológico”.

**Palavras-chave:** filosofia da psicologia, ciência cognitiva, *folk psychology*.

### Cognitive science and the problem of *folk psychology*

#### Abstract

The feeling that language can be an obstacle to human knowledge is not new in the history of western thought. As such issue is approached within psychology, the following question arises: is there a language of psychology which would guarantee its own identity among the other sciences? Once this question is formulated, one faces one of the central problems of cognitive science, concerning the place of *folk psychology* – the ordinary terms usually employed to describe, explain, predict and evaluate people's attitudes and behaviour – in the development of a science of the mind. It is possible to detect three divergent perspectives: Fodor's realism, Churchland's eliminativism and Dennett's instrumentalism. After analysing these different approaches, it is concluded that their discussions are based on a very limited conception of *folk psychology* and that they make what may be called “an ontological mistake”.

**Key words:** philosophy of psychology, cognitive science, *folk psychology*.

1. Trabalho apresentado na mesa-redonda *Questões conceituais no funcionalismo psicológico: William James, B. F. Skinner e o cognitivismo contemporâneo*, XXXI Reunião Anual de Psicologia da Sociedade Brasileira de Psicologia, Rio de Janeiro - RJ, outubro de 2001.

Endereço para correspondência: Departamento de Psicologia - Universidade Federal de Juiz de Fora. Av. Vasconcelos, 48/402 – Alto dos Passos. CEP 36026-480, Juiz de Fora – MG. Fone (32) 3229-3117. e-mail: saulo@ichl.ufjf.br  
Apoio financeiro CNPq.

A suspeita de que a linguagem pode tornar-se um obstáculo ao conhecimento humano não é algo recente na tradição do pensamento ocidental. Francis Bacon, por exemplo, ao denunciar, em seu *Novum Organum* (1620/1936), os quatro tipos de "ídolos" que, segundo ele, assediam o entendimento humano e impedem-no de alcançar o verdadeiro conhecimento (I, xxxix), considerou os Ídolos do Mercado – que surgem a partir da má utilização da linguagem, gerando confusão e debates inúteis entre os homens (I, xliii) – como sendo o tipo mais problemático de todos (I, lix). De acordo com Bacon (I, lx), existem duas maneiras através das quais as palavras geram obstáculos ao entendimento: ou elas referem-se a coisas que não existem ou a coisas que existem, mas ainda confusas e mal definidas.

O que nos interessa ressaltar nessa denúncia de Bacon é que sua preocupação já aponta para um problema fundamental na constituição de qualquer ciência, a saber, o da relação entre linguagem popular, linguagem científica e realidade. Ora, se é a partir do senso comum que a atividade científica se desenvolve – podendo posteriormente corrigi-lo e até mesmo abandoná-lo – e se os termos utilizados na vida cotidiana para falar sobre objetos e eventos são geralmente vagos e ambíguos, tornando-se pouco adequados a uma utilização científica, como assegurar o desenvolvimento teórico consistente de uma determinada ciência, evitando que ela caia nas armadilhas e imprecisões da linguagem do senso comum?

A suspeita de Bacon, se estendida ao caso da psicologia, leva-nos a refletir sobre aquele que talvez seja seu problema fundamental: a falta de uma caracterização precisa de seu objeto de estudo. Embora a psicologia tenha sido batizada inicialmente como ciência da vida mental (James, 1890/1978; Wundt, 1896), podemos dizer que os psicólogos nunca entenderam pela palavra "mente" a mesma coisa. Assim, as dificuldades enfrentadas nessa caracterização levaram a uma nova proposta de definição do objeto, que passou a ser o comportamento (Watson, 1913/1966). Entretanto também aqui não se alcançou o consenso esperado, o que se depreende da fragmentação e divergências teórico-conceituais do movimento behaviorista (Chiesa, 1994; Smith, 1986). Com o surgimento das chamadas "ciências

cognitivas", a psicologia readquire seu status de ciência da mente, tentando dar uma nova organização a velhos conceitos mentalistas, como, por exemplo, o de "representação" (Gardner, 1985/1995; Stich e Warfield, 1994). Contudo, ao ressuscitar esse vocabulário mentalista, a psicologia traz de volta velhos problemas conceituais por ele engendrados, especialmente o que diz respeito ao estatuto ontológico dos fenômenos mentais.

Toda e qualquer tentativa de se constituir uma ciência psicológica, que tenha como objetivo o estudo dos fenômenos mentais, deve apresentar, antes de mais nada, uma resposta a uma questão fundamental: como caracterizar precisamente seu objeto de estudo, justificando-se como campo distinto de investigação? Na falta de uma ontologia regional bem definida, a psicologia se vê constantemente ameaçada de perder sua identidade como ciência da mente, na medida em que vão surgindo propostas de explicação dos fenômenos mentais através da linguagem da neurociência (Gazzaniga, 1998) e até mesmo da física quântica (Penrose, 1996/1998).

No interior de toda essa discussão, cabe-nos perguntar se seria possível forjarmos uma linguagem genuinamente psicológica, que nos permitisse responder a questão acima formulada, garantindo a identidade da psicologia. Ao indagarmos por tal possibilidade, vamos de encontro a um dos problemas centrais da ciência cognitiva contemporânea, concernente ao lugar da *folk psychology* – entendida como um conjunto de termos que habitualmente utilizamos para descrever, explicar, prever e avaliar as atitudes e o comportamento das pessoas – no desenvolvimento futuro de uma ciência amadurecida da mente. Seriam essas categorias adequadas para uma abordagem científica dos fenômenos mentais? Caso contrário, devemos buscar uma linguagem próxima à biologia ou até mesmo à física? Sem uma resposta consistente a esse conjunto de questões, o futuro da psicologia e seu projeto como ciência da mente está, a nosso ver, ameaçado.

O objetivo do presente trabalho é apresentar e discutir as três principais posições teóricas na ciência cognitiva acerca do lugar da *folk psychology* no desenvolvimento de uma ciência da mente: o realismo de Fodor, o eliminativismo de Churchland e o

instrumentalismo de Dennett. Em seguida, procuramos mostrar que há, nesse debate, uma confusão conceitual, que gera aquilo que chamamos de “o equívoco ontológico” (Araujo, 2000, p. 23). Finalmente, sugerimos que esse equívoco pode ser evitado, uma vez reconhecida a ausência de uma ontologia explícita no vocabulário comum.

### O problema da folk psychology

Todo e qualquer empreendimento científico inicia-se a partir de uma concepção não científica do mundo. Antes de uma determinada pessoa tornar-se um cientista – digamos, um físico – ela já adquiriu um modo particular de perceber e conceber os objetos e eventos do mundo, fruto de sua inserção em uma cultura, que lhe é anterior. Por outro lado, na medida em que há um intercâmbio permanente entre ciência e sociedade e um dos principais objetivos da ciência é explicar os fenômenos de interesse social, essa visão protociência de mundo, que se expressa em uma determinada linguagem, mantém-se como ponto de referência para os cientistas.

Se os termos e expressões empregados pelo senso comum são, de fato, o ponto de partida de toda e qualquer atividade científica, isso não significa, porém, que a ciência esteja eternamente condenada aos limites impostos por eles. Ela pode refiná-los ou até mesmo abandoná-los, como tem algumas vezes ocorrido, o que lhe confere uma certa autonomia. Mas é exatamente pelo fato de não haver uma delimitação precisa dos limites da utilidade do vocabulário popular para a atividade científica que surge a necessidade de uma análise profunda e constante das relações entre linguagem popular e da ciência, sobretudo na psicologia.

Em nossa vida cotidiana, utilizamos uma série de termos e expressões intuitivas, com a finalidade prática de descrever, explicar e prever atitudes e comportamento das pessoas. Dizemos, por exemplo, que um amigo ou amiga nos parece triste ou acredita em

bruxas, duendes e poções mágicas. Do mesmo modo, podemos, com base nessas atribuições, explicar seu comportamento, afirmando que ele ou ela não quis sair de casa porque estava triste ou não foi ao médico porque acredita que certas poções mágicas fazem mais efeito que os remédios tradicionais da medicina alopática. Finalmente, somos ainda capazes de fazer predições sobre seu comportamento futuro, dizendo que ele ou ela não sairá de casa enquanto sua tristeza não acabar e, todas as vezes em que estiver doente, irá procurar um curandeiro ao invés de um médico. A esse conjunto de atribuições e explicações psicológicas cotidianas, assim como à taxonomia psicológica que elas tomam por base, damos o nome de psicologia popular, psicologia do senso comum ou, para utilizar uma expressão que se consagrou na literatura especializada, *folk psychology*<sup>2</sup>.

Um dos grandes problemas que a psicologia enfrenta é que ela, ao mesmo tempo em que fornece noções psicológicas ao senso comum, extrai boa parte de seu vocabulário da *folk psychology*, sem que a natureza desse intercâmbio terminológico esteja bem estabelecida. Conseqüentemente, a despeito de quaisquer avanços no plano metodológico, parecemos estar perpetuando a confusão conceitual denunciada já há algum tempo por Wittgenstein, no último parágrafo de suas *Philosophische Untersuchungen* (1952/1995). De fato, além da falta de consenso, parece não haver muita clareza sobre o que estamos falando quando empregamos os termos “crença”, “desejo”, “medo” etc. em nossas teorias psicológicas. Estaríamos referindo-nos a entidades reais, propriedades cerebrais misteriosas ou apenas ficções teóricas?

Alguns psicólogos têm-se preocupado com esse problema, observando dificuldades e possíveis prejuízos trazidos à psicologia pelo vocabulário psicológico do senso comum. Mandler e Kessen (1959, pp. 14-17), por exemplo, detectaram três problemas fundamentais na linguagem popular: tendência à reificação, ou seja, a atribuir invariavelmente às palavras uma referência a alguma realidade não verbal;

2. Da mesma forma, podemos falar numa *folk biology* – referindo-nos às taxonomias e inferências populares a respeito de plantas e animais (Atran, 1998) – e numa *folk physics*, designando, por exemplo, teorias populares sobre o movimento de objetos físicos, que chegam a divergir totalmente dos princípios da mecânica newtoniana (McCloskey, 1983).

vagueza ou imprecisão; e ambigüidade ou polissemia. Para citar um exemplo dado pelos próprios autores (p. 15), o termo "mente" é utilizado de maneira equivocada tanto na linguagem popular quanto em algumas teorias psicológicas, como se fizesse referência a uma "coisa", uma realidade extralingüística, o que pode prejudicar o desenvolvimento da psicologia científica.

Numa perspectiva mais radical, Skinner (1989, 1990) repudia veementemente a utilização do vocabulário mentalista do senso comum na psicologia, opondo-se a alguns teóricos mais otimistas, como é o caso de Heider. Embora estivesse consciente da imprecisão dos termos da psicologia popular, Heider (1958/1970, pp. 17-22) defendia sua aproximação com a psicologia científica, insistindo que esta última deveria representar uma depuração da linguagem ordinária.

Apesar de não ter escapado a alguns teóricos importantes da psicologia, podemos notar que esse debate tem-se mostrado insuficiente e a preocupação com a linguagem psicológica não tem atraído suficientemente a atenção dos psicólogos. Contudo algo diferente tem ocorrido na ciência cognitiva, onde a questão do estatuto da *folk psychology* tem sido um dos principais focos de discussão e gerado uma extensa literatura (p. ex., Fletcher, 1995; Greenwood, 1991; Haselager, 1997; Stich, 1983, 1996). Tendo em vista, pois, a relevância dessas discussões para o problema aludido na introdução do presente artigo – a caracterização precisa do objeto de estudo da psicologia enquanto ciência da mente – restringiremos nossa análise ao âmbito da ciência cognitiva.

### Realismo, eliminativismo e instrumentalismo

Nos debates atuais dentro da ciência cognitiva, a *folk psychology* tem recebido uma atenção especial de vários teóricos, que têm buscado uma maneira mais precisa de caracterizá-la, na tentativa de fornecer uma resposta a duas questões principais: 1) o que é a *folk psychology*?; e 2) que destino terá sua ontologia no desenvolvimento futuro da psicologia científica? Ao procurar responder essas duas questões, vários autores chegam a conclusões diferentes e, algumas vezes, opostas.

Podemos afirmar, de acordo com Von Eckardt (1997, p. 300), que a *folk psychology* consiste no mínimo em:

- Um conjunto de práticas atributivas, explicativas e preditivas; e
- Um conjunto de noções ou conceitos utilizados nessas práticas. É importante frisar que, em relação a essa caracterização mínima, a maior parte dos autores parece estar de acordo.

Tomando como ponto de partida essas duas características fundamentais da *folk psychology*, vemos que uma grande parte das discussões atuais, na ciência cognitiva, está centrada exclusivamente na explicação da primeira (a), fazendo apelo a mecanismos cognitivos subjacentes às nossas habilidades atributivas/explicativas e ao curso de seu desenvolvimento no seres humanos. Surge, então, uma dicotomia entre duas posições antagonicas: de um lado, os defensores da concepção simulacionista (*simulation theory*) afirmam que nossas atribuições psicológicas basear-se-iam numa capacidade cognitiva de simular os possíveis estados mentais de outras pessoas em nossa própria mente, o que nos permitiria explicar e prever seu comportamento (Goldman, 1989, 1992; Gordon, 1986, 1992); de outro, os defensores da concepção teórica (*theory theory*) insistem em que nossa capacidade dever-se-ia à posse de uma teoria psicológica implícita, através da qual produziríamos as eventuais inferências. (P. M. Churchland, 1979, 1981/1990, 1991, 1997; Dennett, 1978/1997, 1987, 1991; Fodor, 1985/1991, 1987; Stich, 1983; Stich e Nichols, 1996). Há, no entanto, alguns autores que defendem a possibilidade dessa disputa ser ilusória e das duas abordagens chegarem a se fundir numa só (Davies, 1994, pp. 114-118; Haselager, 1997, p. 25; Heal, 1994). Finalmente, de acordo com Stich e Ravenscroft (1996), podemos ainda classificar as abordagens da *folk psychology* em internalistas e externalistas, segundo seus representantes defendam ou não a existência de uma estrutura de conhecimento representada internamente.

No que diz respeito à característica (b) da *folk psychology*, as discussões tendem a manter-se no mesmo plano de análise da característica (a), havendo uma crença na existência de um fenômeno expli-

cito a ser descrito ou explicado. Assim, a disputa passa a ser sobre a melhor maneira de se caracterizar a ontologia do vocabulário senso comum, a fim de se chegar a uma conclusão sobre seu destino no desenvolvimento teórico da psicologia científica. É nesse ponto que deparamos com três posições distintas: o realismo de Jerry Fodor, o eliminativismo de Paul Churchland e o instrumentalismo de Daniel Dennett.

A posição de Fodor em relação à *folk psychology* é chamada por ele mesmo de "realismo intencional" (1987, p. xii). Segundo ele, "todos nós ... nascemos mentalistas e Realistas" (1987, p. 7). Nessa perspectiva, as categorias psicológicas do senso comum (crença, desejo, medo, esperança etc.) fariam referência a estados psicológicos reais – as atitudes proposicionais – individualizados através de seu conteúdo específico. Por exemplo, se X acredita em "p", então "p" é o conteúdo que determina sua crença. Teríamos, assim, uma série de símbolos dentro da cabeça – expressos sob a forma de proposições – que determinariam nossos estados mentais (atitudes proposicionais) e constituiriam a linguagem do pensamento (Fodor, 1975). Além disso, Fodor acredita que as pessoas leigas também pressupõem a causalidade mental, ou seja, elas apostam no poder causal das atitudes proposicionais sobre o comportamento e outros estados mentais (1985/1991, p. 24). Um exemplo disso seria, de acordo com Fodor (1985/1991, p. 23), quando perguntamos a uma pessoa por que está realizando a ação "q" e ela nos responde que o faz *porque* acredita que, se fizer "q", conseguirá "r", sendo que ela deseja "r".

Com base nessas afirmações, não fica difícil imaginar como Fodor vai-se posicionar em relação ao futuro da psicologia científica. Ora, se a *folk psychology* está basicamente correta e suas categorias fazem referência a entidades reais, cabe à psicologia preservar sua ontologia, desenvolvendo-se no sentido de depurá-la. Como admitiu o próprio Fodor, muitas crenças do senso comum podem estar equivocadas. No entanto não temos razão suficiente para duvidar da possibilidade de termos uma psicologia científica que defenda a *folk psychology* (1987, pp. 15-16). Mais precisamente, é a única linguagem que garantiria a autonomia da psicologia.

Diametralmente oposta à posição de Fodor está o eliminativismo de Paul Churchland. A tese central

do materialismo eliminativo consiste na afirmação de que a *folk psychology* é uma teoria falsa com uma ontologia totalmente inadequada (1981/1990, p. 206) e quimérica (1991, p. 65). De acordo com Churchland (1988, pp. 43-44), os conceitos da *folk psychology* assemelham-se a velhos conceitos já abandonados pela ciência, como o "flogisto", o "calórico" e "possessão demoníaca". O que todos eles têm em comum é que referem-se a coisas inexistentes. Assim como não há uma substância chamada flogisto, também não há uma entidade chamada crença ou desejo. Os estados mentais necessitam, portanto, de uma caracterização adequada, fornecida pela neurociência (1981/1990, p.206; 1988, p. 45).

Se tomarmos como ponto de partida a tese acima referida, o destino da *folk psychology* parece óbvio: ela será totalmente eliminada e substituída pela neurociência. Na realidade, porém, a posição de Churchland se revela extremamente ambígua. Seus trabalhos sugerem três possibilidades distintas: uma eliminação radical (1981/1990), uma redução total à neurociência (1986/1992) e uma revisão, em que parte de sua ontologia sobreviva e parte seja eliminada, dependendo sempre de uma coevolução entre psicologia e neurociência (Churchland e Churchland, 1990/1998). De qualquer forma, o que vai ou não sobrar da *folk psychology* é uma questão empírica, que permanece aberta (Churchland, 1991, p. 65).

Há, ainda, uma posição intermediária entre o realismo intencional de Fodor e o eliminativismo dos Churchlands, representada pelo instrumentalismo de Dennett. Trata-se, contudo, de um tipo muito particular de instrumentalismo, denominado pelo próprio autor instrumentalismo seletivo (1987, p. 72) ou realismo mitigado (1991/1998, p. 97). Essa abordagem difere do realismo de Fodor, segundo Dennett, na medida em que rejeita a possibilidade dos termos da *folk psychology* corresponderem a estados discretos internos do organismo, como se fossem entidades (proposições) dentro da cabeça (1987, p. 71; 1991, p. 140). Por outro lado, em contraste com a perspectiva eliminativista, que aponta para a inutilidade e inadequação do vocabulário psicológico do senso comum, Dennett defende a utilidade dessas categorias populares, definindo-as como termos teóricos imprescindíveis – mais especificamente, constructos lógicos – que representam certos padrões ou proprie-

dades reais, como o caso, por exemplo, dos centros de gravidade (1987, p. 53; 1991, p. 139; 1991/1998, p. 96). No entanto o que seriam esses padrões ou propriedades reais, referidos pelos termos da *folk psychology*, permanece um mistério em sua obra.

No que diz respeito ao futuro da *folk psychology*, Dennett se aproxima muito mais de Fodor que dos Churchlands, ao defender sua permanência em uma teoria psicológica amadurecida – a teoria dos sistemas intencionais (Dennett, 1978/1997; 1987). Ela vai sobreviver, segundo ele, devido a duas razões principais. Em primeiro lugar, ela é um excelente instrumento de interpretação e predição do comportamento de qualquer sistema intencional (1987, pp.47-52; 1991, p. 135). Em segundo lugar, ela representa um nível de abstração essencial quando queremos explicar certos tópicos, como inteligência, representação e significado (1987, p. 60). Não é possível, portanto, eliminar a teoria dos sistemas intencionais, reduzindo-a a uma teoria neurocientífica, embora uma teoria neurocientífica possa complementá-la, no sentido de especificar os detalhes físicos envolvidos na implementação de um sistema intencional em vários indivíduos ou espécies (1987, pp.60-68). Desse modo, está garantida a identidade da psicologia em relação às outras ciências.

### O equívoco ontológico

No que diz respeito à discussão sobre a característica (a) da *folk psychology* – o conjunto de práticas atributivas, explicativas e preditivas – podemos perceber que o que está em jogo é a busca de uma teoria que possa tornar inteligível nossa capacidade de fazer atribuições psicológicas cotidianas. Em outras palavras, a *folk psychology* é considerada aqui como um fenômeno psicológico em necessidade de explicação. Em função disso, trata-se de uma querela a ser resolvida no plano empírico, submetendo-se as diferentes teo-

rias ao crivo da experiência, a fim de se decidir pela mais bem sucedida. E mesmo que as evidências disponíveis ainda não sejam suficientes para decidirmos em favor de uma ou outra abordagem (Davies, 1994, p.101; Perner, 1994, p. 147), isso não significa que o problema deixa de ser empírico, mas tão somente que as teorias talvez precisem ser melhor formuladas e mais evidências devam ser buscadas.

Quando nos voltamos, por outro lado, para a segunda característica (b) da *folk psychology* – o conjunto de noções empregadas em nossas atribuições psicológicas intuitivas – a situação revela-se completamente distinta, isto é, não há qualquer fenômeno explícito a ser descrito e/ou explicado, uma vez que nossos termos psicológicos populares não parecem trazer consigo sequer um esboço definido de uma ontologia. Sendo assim, essa segunda característica não pode estar relacionada à pergunta “o que é a *folk psychology*?” – como se supõe habitualmente – e merece, portanto, ser tratada num plano distinto de análise, uma vez que não há aí nenhuma descrição a ser realizada. Portanto não é recorrendo a uma investigação empírica da *folk psychology* enquanto fenômeno psicológico que iremos resolver o problema da adequação ontológica de nossos conceitos psicológicos, mas sim a uma análise filosófica de suas próprias reconstruções teóricas, que poderão apresentar as mais diversas caracterizações ontológicas. Além disso, devemos nos lembrar de que embora uma teoria científica da mente explique a *folk psychology* enquanto fenômeno psicológico, isso não significa que seu vocabulário seja o mesmo desta última, uma vez que a atividade científica goza de uma certa autonomia em relação ao senso comum. Nesse sentido, como bem notou Fletcher (1995, cap. 2), o importante é que estejamos atentos, ao construirmos nossas teorias psicológicas científicas, para não incorporarmos indevidamente elementos da *folk psychology*.<sup>3</sup>

Aproveitando a sugestão de Fletcher, gostaria de enfatizar que o que nos parece mais importan-

3. Fletcher faz uma importante distinção entre duas maneiras de usar a *folk psychology* em teorias psicológicas: o *Uso 1*, quando o psicólogo precisa levar em conta, para descrevê-las, as atribuições psicológicas reais de senso comum, independente da verdade ou falsidade das mesmas; e o *Uso 2*, quando o psicólogo utiliza a *folk psychology* como recurso para construir uma teoria psicológica geral, que vai além do domínio da própria *folk psychology*. Segundo Fletcher, a confusão entre esses dois usos, presente em algumas teorias psicológicas, tem conseqüências deletérias para a psicologia.

te é a necessidade de estarmos cientes da diferença conceitual entre a *folk psychology* e a psicologia científica. É exatamente a falta de percepção dessa diferença que acarreta, segundo nosso ponto de vista, um engano fundamental nos debates atuais acerca da *folk psychology*, que vamos chamar de “o equívoco ontológico”. Esse equívoco consiste na tentativa de se definir uma ontologia para os termos psicológicos utilizados no dia a dia, supondo que haja uma estreita correspondência entre essa suposta ontologia e a ontologia da *folk psychology*, como se o senso comum dispusesse de uma ontologia explícita e uniforme, que pudesse ser determinada de alguma maneira. Ora, ainda que a psicologia popular possa fazer referência a “coisas” internas – o que está longe de ser um consenso (McDonough, 1991, p. 264) – não há a mínima preocupação por parte das pessoas em explicitar a natureza dessas “coisas”, o que impediria qualquer possibilidade de uma determinação ontológica universal da *folk psychology*.<sup>4</sup> Em outras palavras, queremos argumentar que as discussões ontológicas não pertencem ao senso comum e devem, portanto, surgir apenas quando se tratar de uma reconstrução conceitual dos termos da *folk psychology*, sem que essa reconstrução pretenda retratar a própria *folk psychology*. A busca dessa correspondência é, a nosso ver, ilusória e gera um quadro distorcido do fenômeno em questão, além de reforçar a confusão anteriormente mencionada entre a *folk psychology* e a psicologia científica. A determinação de uma ontologia para conceitos psicológicos é um assunto que pertence à filosofia da psicologia e não à psicologia popular. Assim, toda explicitação ontológica de conceitos psicológicos representa uma extrapolação do senso comum.<sup>5</sup> Conseqüentemente, não é o estatuto da *folk psychology* que determinaria o futuro vocabulário da psicologia científica, mas

sim o estatuto de seus termos transformados em conceitos pertencentes a teorias psicológicas, que seriam submetidas aos critérios estabelecidos para a avaliação de teorias científicas.

Dos três autores anteriormente analisados, Dennett parece ser o único a reconhecer explicitamente a diferença entre a *folk psychology* propriamente dita e suas possíveis reconstruções ou incorporações em uma teoria científica. No entanto o próprio Dennett acaba cometendo o equívoco ontológico, quando insiste em tentar determinar uma ontologia para a noção popular de crença, utilizando um sofisticado aparato filosófico que extrapola totalmente os recursos normalmente utilizados na vida cotidiana (Dennett, 1987, pp. 54-57). De fato, seria surpreendente se o senso comum conhecesse parte da obra de Hans Reichenbach – filósofo em quem Dennett neste ponto se baseia – e considerasse o conceito de crença como estando a meio caminho entre os *illata* (termos que postulam entidades teóricas) e os *abstracta* (constructos lógicos), definindo, pois, uma ontologia explícita.

No que diz respeito a Fodor e a Churchland, ambos são vítimas do mesmo engano, uma vez que tratam explicitamente aquilo que chamam de *folk psychology* como uma cópia exata das noções psicológicas de senso comum. Ao interpretarem a *folk psychology* como uma teoria implícita – composta de termos básicos (“crença”, “desejo” etc.) e leis causais abstratas – e acreditarem estar retratando fielmente as verdadeiras noções psicológicas utilizadas pelo leigo na vida cotidiana, eles parecem ter perdido de vista o próprio fenômeno que procuravam caracterizar. Na verdade, essa restrita *folk psychology* que eles pretendem ou preservar (Fodor) ou eliminar (Churchland) é apenas uma de suas possíveis reconstruções, a saber, o modelo simbólico da mente defen-

4. Por se tratar de uma questão empírica e estar relacionada à pergunta “o que é a *folk psychology*?”, não queremos entrar na controvérsia sobre a universalidade da *folk psychology* – entendida como fenômeno lingüístico – defendida, por exemplo, por Place (1996). Estamos ignorando, portanto, as possíveis diferenças culturais no vocabulário popular, que, dependendo do grau de discordância, poderiam inviabilizar qualquer caracterização unitária da *folk psychology*, tornando ainda mais evidente a inexistência de uma ontologia universal e explícita.

5. O próprio fato de se apelar para a intencionalidade como característica distintiva dos estados mentais em relação a estados puramente físicos e, a partir daí, demarcar um novo domínio ontológico – como faz, por exemplo, Searle (1983) – já é uma demonstração clara de um grande distanciamento em relação ao senso comum.

dido por Fodor. Assim, ao conceberem as atitudes proposicionais como parte integrante do senso comum, eles parecem ter-se esquecido de que poucas pessoas acreditam de fato que nossos estados mentais sejam constituídos por sentenças ou símbolos encaixados em nosso cérebro.

### Conclusão

Ao evidenciarmos, então, o que nos parece ser um engano conceitual na ciência cognitiva contemporânea, queremos propor uma reformulação da segunda pergunta inicialmente estabelecida: ao invés de perguntarmos que destino terá a ontologia da *folk psychology* no desenvolvimento futuro da psicologia, devemos perguntar apenas que destino terá seu vocabulário, uma vez que ele poderá ganhar as mais variadas especificações ontológicas, de acordo com a criatividade dos intérpretes. Com essa reformulação, pretendemos apenas deslocar a discussão ontológica da *folk psychology* para suas reconstruções teóricas e mostrar que a necessidade de uma ontologia bem definida para nossa futura taxonomia psicológica nada tem a ver com uma suposta ontologia da própria *folk psychology*, pelo simples fato de não existir uma. Assim, uma vez reconhecida a ausência de uma ontologia explícita no vocabulário psicológico popular, desfaz-se a confusão entre a *folk psychology* e a psicologia científica, e evita-se, conseqüentemente, o equívoco ontológico.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Araújo, S. de F. (2000). *Folk psychology, materialismo eliminativo e o futuro da psicologia como ciência da mente*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.
- Atran, S. (1998). Folk biology and the anthropology of science: Cognitive universals cultural particulars. *Behavioral and Brain Sciences*, 21, 547-609.
- Bacon, F. (1936). *Novum Organum*. Em E. Burt (org.), *The english philosophers from Bacon to Mill* (pp. 24-123). New York: Random House (Originalmente publicado em 1620).
- Chiesa, M. (1994). *Radical behaviorism: The philosophy and the science*. Boston: Authors Cooperative.
- Churchland, P. M. (1979). *Scientific realism and the plasticity of mind*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Churchland, P. M. (1988). *Matter and consciousness*. (Rev. ed.). Cambridge, Mass.: The MIT Press.
- Churchland, P. M. (1990). Eliminative materialism and the propositional attitudes. Em W. Lycan (org.), *Mind and cognition* (pp. 206-223). Oxford: Blackwell (Originalmente publicado em 1981).
- Churchland, P. M. (1991). Folk psychology and the explanation of human behavior. Em J. D. Greenwood (org.), *The future of folk psychology: Intentionality and cognitive science* (pp. 51-69). Cambridge: Cambridge University Press.
- Churchland, P. M. (1992). Some reductive strategies in cognitive neurobiology. Em *A neurocomputational perspective* (pp. 77-110). Cambridge, Mass.: The MIT Press (Originalmente publicado em 1986).
- Churchland, P. M. (1997). Folk psychology. Em S. Guttenplan (org.), *A companion to the philosophy of mind* (pp. 308-316). New York: Oxford University Press.
- Churchland, P. M. e Churchland, P. S. (1998). Intertheoretic reduction: A neuroscientist's field guide. Em *On the contrary: Critical essays, 1987-1997* (pp. 65-79). Cambridge, Mass.: The MIT Press (Originalmente publicado em 1990).
- Davies, M. (1994). The mental simulation debate. *Proceedings of the British Academy*, 83, 99-127.
- Dennett, D. (1987). *The intentional stance*. Cambridge, Mass.: The MIT Press.
- Dennett, D. (1991). Two contrasts: Folk craft versus folk science, and belief versus opinion. Em J. D. Greenwood (org.), *The future of folk psychology: Intentionality and cognitive science* (pp. 135-148). Cambridge: Cambridge University Press.
- Dennett, D. (1997). *Brainstorms*. London: Penguin Books. (Originalmente publicado em 1978).
- Dennett, D. (1998). Real patterns. Em *Brainchildren* (pp.95-120). Cambridge, Mass.: The MIT Press (Originalmente publicado em 1991).
- Fletcher, G. (1995). *The scientific credibility of folk psychology*. Mahwah, N.J.: Lawrence Erlbaum Associates.
- Fodor, J. (1975). *The language of thought*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press.

- Fodor, J. (1987). *Psychosemantics: The problem of meaning in the philosophy of mind*. Cambridge, Mass.: The MIT Press.
- Fodor, J. (1991). Fodor's guide to mental representation: The intelligent auntie's vade-mecum. Em J. D. Greenwood (org.), *The future of folk psychology: Intentionality and cognitive science* (pp. 22-50). Cambridge: Cambridge University Press (Originalmente publicado em 1985).
- Gardner, H. (1995). *A nova ciência da mente* (C. M. Caom, Trad.). São Paulo: EDUSP (Originalmente publicado em 1985).
- Gazanniga, M. (1998). *The mind's past*. Berkeley: University of California Press.
- Goldman, A. (1989). Interpretation psychologized. *Mind and Language*, 4, 161-185.
- Goldman, A. (1992). In defense of the simulation theory. *Mind and Language*, 7, 104-119.
- Gordon, R. (1986). Folk psychology as simulation. *Mind and Language*, 1, 158-171.
- Gordon, R. (1992). The simulation theory: Objections and misconceptions. *Mind and Language*, 7, 11-34.
- Greenwood, J. D. (org.). (1991). *The future of folk psychology: Intentionality and cognitive science*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Haselager, W. F. G. (1997). *Cognitive science and folk psychology*. London: Sage.
- Heal, J. (1994). Simulation vs. theory theory: What is at issue?. *Proceedings of the British Academy*, 83, 129-144.
- Heider, F. (1970). *Psicologia das relações interpessoais* (D. M. Leite, Trad.). São Paulo: Pioneira/EDUSP (Trabalho originalmente publicado em 1958).
- James, W. (1978). *Principles of psychology*. Chicago: Enciclopedia Britannica (Originalmente publicado em 1890).
- Mandler, G. e Kessen, W. (1959). *The language of psychology*. New York: John Wiley & Sons.
- McCloskey, M. (1983). Intuitive physics. *Scientific American*, 248 (4), 114-122.
- McDonough, R. (1991). A. culturalist account of folk psychology. Em J. D. Greenwood (org.), *The future of folk psychology: Intentionality and cognitive science* (pp. 263-288). Cambridge: Cambridge University Press.
- Penrose, R. (1998). A física e a mente. Em M. Longair (org.), *O grande, o pequeno e a mente humana* (R. L. Ferreira, Trad.) (pp. 105-152). São Paulo: EDUNESP (Trabalho originalmente publicado em 1996).
- Perner, J. (1994). The necessity and impossibility of simulation. *Proceedings of the British Academy*, 83, 145-154.
- Place, U. T. (1996). Folk psychology from the standpoint of conceptual analysis. Em W. O'Donohue e R. F. Kitchener (orgs.), *The philosophy of psychology* (pp. 264-270). London: Sage.
- Searle, J. (1983). *Intentionality*. New York: Cambridge University Press.
- Skinner, B. F. (1989). The origins of cognitive thought. *American Psychologist*, 44 (1), 13-18.
- Skinner, B. F. (1990). Can psychology be a science of mind? *American Psychologist*, 45 (11), 1206-1210.
- Smith, L.D. (1986). *Behaviorism and logical positivism: A reassessment of the alliance*. Stanford: Stanford University Press.
- Stich, S. (1983). *From folk psychology to cognitive science*. Cambridge, Mass.: The MIT Press.
- Stich, S. (1996). *Deconstructing the mind*. New York: Oxford University Press.
- Stich, S. e Nichols, S. (1996). How do minds understand minds? Mental simulation versus tacit theory. Em S. Stich (org.), *Deconstructing the mind* (pp. 136-167). New York: Oxford University Press.
- Stich, S. e Ravenscroft, I. (1996). What is folk psychology?. Em S. Stich (org.), *Deconstructing the mind* (115-135). New York: Oxford University Press.
- Stich, S.P. e Warfield, T.D. (orgs.). (1994). *Mental representation: A reader*. Oxford: Blackwell.
- Von Eckardt, B. (1997). Folk psychology. Em S. Guttenplan (org.), *A companion to the philosophy of mind* (pp.300-307). New York: Oxford University Press.
- Watson, J.B. (1966). Psychology as the behaviorist views it. Em R. J. Herrnstein e E. G. Boring (orgs.), *A source book in the history of psychology* (pp. 507-515). Cambridge, Mass.: Harvard University Press (Originalmente publicado em 1913).
- Wittgenstein, L. (1955). *Philosophische untersuchungen*. Em *Werkausgabe* (Band I. 10 Aufl). Frankfurt am Main: Suhrkamp (Originalmente publicado em 1952).
- Wundt, W. (1896). *Grundriss der psychologie*. Leipzig: Wilhelm Engelmann.

Recebido em 23/10/01  
Aceito em 05/11/02